

ÓRGÃO DA COMISSÃO
EXECUTIVA NACIONAL DO PT



BOLETIM

NACIONAL

Nº 73 - 1ª quinzena de Setembro/93 - Cr\$ 75,00



Revisão não!

O PT e sua bancada engajam-se no amplo movimento, que cresce em todo o país, contra o “golpe revisional”. Deslegitimado pelo plebiscito e em final de mandato, o Congresso não tem autoridade para rever a Constituição. Páginas 4 e 5.

IANOMAMI

A Comissão Executiva Nacional divulga nota condenando o massacre dos lanomami da aldeia Hamixu, em Roraima. Página 3

PREFEITURAS

Continua a polêmica do reajuste mensal de 100 por cento da inflação para os servidores públicos municipais. Página 8

ESPECIAL

Nesta edição, um encarte com as resoluções do IV Encontro do Foro de São Paulo, realizada no mês de julho, em Havana.

Chapéu alheio Discriminados

O companheiro João Machado, da corrente interna Democracia Socialista, comentou no BN nº 72 as avaliações que fiz e também Augusto de Franco sobre o 8º Encontro. Considerou "uma atitude bem pouco democrática de quem se sentiu derrotado" nosso comentário sobre a disputa de cargos que ali ocorreu, acusando-nos de tentar "desqualificar" o encontro.

Afirmo que os integrantes da chapa "Democracia Radical" não têm motivos para se sentirem derrotados. Mantivemos o mesmo percentual de votos que alcançamos nos últimos encontros nacionais do PT, ou seja, algo em torno de 12 por cento.

Aliás, o mesmo ocorreu com a DS, que também permaneceu como antes, a não ser pelo fato de integrar uma maioria resultante de aliança de seis correntes internas. A diferença é que a DS gosta de fazer mesuras com o chapéu dos outros como se fosse a principal responsável pelas teses vitoriosas. Talvez a necessidade de se atribuir uma "vitória" é que leve a DS a buscar "derrotados" entre seus companheiros de partido. Depois nós é que somos "pouco democráticos". Também não fomos nós que reduzimos o 8º Encontro a uma mera disputa de espaços na direção do PT. Apenas constatamos o que ocorreu. Não foi executado por nós o movimento de "flexibilização" das teses vitoriosas. Os discursos "radicais" dos encontros de base, que elegeram os delegados, felizmente foram substituídos por textos mais "moderados" no Encontro Nacional, quando da definição da linha política para o próximo período. Quem quiser conferir basta comparar as teses dos encontros estaduais com as resoluções do 8º Encontro.

Finalmente, se a base partidária operou uma "correção de rumos" no PT, não foi exatamente contra nossas posições, que nunca chegaram a ser majoritárias, embora permaneçam as mais sensatas.

Lúcia Carvalho

Deputada Distrital e membro da Comissão Executiva Nacional.

A Astral (Associação de Travestis e Liberados) está entrando com muita garra na campanha contra a miséria e a fome. Lançamos, com o apoio do ISER -- Instituto Superior de Estudos Religiosos --, o Comitê Gay Contra a Fome e Pela Cidadania, no sentido de amenizar os problemas das populações menos favorecidas que vivem nas ruas desta cidade, oferecendo-lhes almoço todos os domingos nas áreas de maior acesso. Aguardamos sua contribuição! Astral - Iser Ladeira da Glória, 98.

Brasil 32 milhões de famintos, 30 milhões de homossexuais, com diferentes problemas mas todos discriminados.

Osiás Cardoso da Silva
Rio de Janeiro - RJ

Você sabia...

Que a América Latina e o Caribe enviam ao Primeiro Mundo 35 bilhões de dólares como pagamento dos serviços da dívida externa? A esse montante soma-se US\$ 20 bilhões que saem dos países ilegalmente ou através de remessa de lucros das multinacionais.

Os países latinoamericanos e caribenhos sofreram ainda perda de cerca de 26,9% nas exportações, nas relações de intercâmbio comercial Norte-Sul, totalizando US\$ 32 bilhões.

Entre 1982 e 1991 a América Latina e Caribe enviaram aos países ricos do Norte, como pagamento das taxas de juros, nada menos que 374,8 bilhões de dólares. Entretanto a dívida segue crescendo. Em 1986 era de 400,9 e saltou para 435,5 bilhões de dólares em 90, mesmo após pagar US\$ 296 bilhões de juros, desde 1981. Portanto, a dívida se duplicou no período.

Segundo dados da CTEPAL, a dívida externa do Brasil, superior às dívidas dos demais 21 países da América Latina e Caribe, era de 124,7 bilhões de dólares em 1982.

Pedex - Programa Educativo
Dívida Externa

EDITORIAL

O perigo da privatização

A aceitação de moedas podres no processo de privatização da Cosipa e o acordo feito em torno da dívida da empresa reafirmam a absoluta necessidade de se rediscutir com urgência a fúria neoliberal que está usurpando do povo brasileiro patrimônios conquistados e mantidos à custa de muito sacrifício.

A idéia de privatização tem sido "vendida", por meio até de caríssimas campanhas publicitárias, como símbolo de eficiência e competitividade, em contraposição a um Estado viciado, paquidêmico. Chega-se ao absurdo de se falar em privatização da saúde e da previdência, sem que se discuta de forma franca e abrangente o porquê da crise que estes setores vivem e as alternativas para sua superação. Assiste-se ao velho filme de comparar o Brasil a outros países do mundo afora, sem levar em conta os contextos sociais e as situações específicas de cada Nação. Uma comparação que peca, aliás, por omitir situações como a dos Estados Unidos, Japão e alguns países da Comunidade Européia, onde a prevalência do setor privado, em alguns casos, não deu tão certo como se quer fazer crer.

Para citar exemplos mais concretos, a privatização do setor de telecomunicações na Inglaterra gerou um verdadeiro caos, assim como fracassou a atuação da iniciativa privada no setor de transporte de Santiago do Chile.

Não se trata de ser contra ou a favor da privatização em si mesma. É que, no Brasil, ela é anunciada como saída para cobrir déficits públicos e tirar o país da insolvência. Um argumento ridículo e descabido quando se sabe que o patrimônio

público está sendo praticamente doado ao setor privado, tal os critérios de venda utilizados pelo Governo.

E mais, se o país está falido e na insolvência, parte disto ocorre justamente porque a grande maioria das estatais viraram cabides de emprego, bodes expiatórios para empréstimos internacionais e alça do desenvolvimento do capitalismo privado. Estas ingerências levaram ao sucateamento do patrimônio nacional, que hoje se descarta em nome de uma vaidade neoliberal.

O perigo iminente da privatização, sem critérios e sem um projeto do Governo acenando para que haja prioridades de intervenções do Estado em setores de ponta, é transformar esse nosso imenso país em um novo exemplo de México, Chile ou Paraguai, verdadeiras zonas francas internacionais, com alto custo social para a população. Precisamos redefinir o papel do Estado na economia brasileira, tendo em vista o novo perfil de padrão de acumulação mundial. Um Estado que -- convém lembrar -- demonstra, com a Companhia Vale do Rio Doce, eficiência ímpar na administração de um setor de alto grau de interesse como a mineração.

Não há regras fixas e nem modelos milagrosos. Mas nas contradições do público X privado, novamente quem perde, por uma diferença esmagadora é a grande massa de desfavorecidos desta nação, plena de privilégios para a minoria.

Telma de Souza

Secretária Nacional de Assuntos Institucionais da CEN

BOLETIM NACIONAL

Setembro/93
1ª quinzena Nº 73

O Boletim Nacional é uma publicação quinzenal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203-002 - São Paulo/SP Fones (011) 223.7999/7904 ou 222.2906/2875/6986

Secretário de Comunicação
Makus Sokol

Secretário Adjunto
José Américo Dias
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço MTB 18.321
Colaboradores
Cintia Campos
Editoração Eletrônica
William Aguiar
Impressão
Central Print

CARAVANA**A conquista do Oeste**

Parte de Assis Brasil, no Acre, fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia, no próximo dia 4 de setembro, a II Caravana da Cidadania, comandada pelo presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante duas semanas, a caravana vai percorrer o extremo oeste do Brasil, chegando dia 17 a Dourados, no Mato Grosso do Sul. A exemplo da primeira caravana, que desbravou o Brasil dos sertões, no primeiro semestre, o objetivo da viagem de Lula é discutir com as lideranças dos diferentes segmentos da sociedade as propostas do PT e da comunidade para as principais questões regionais e nacionais.

Os resultados desta segunda caravana serão incorporados ao programa de governo que o PT apresentará até o final do ano. Ao todo, Lula visitará 38 cidades, encontrando-se com representantes de comunidades indígenas, seringueiros, garimpeiros, pescadores, igrejas, produtores rurais e do meio acadêmico. Entre outros temas, vai discutir a integração latino-americana e a ligação rodoviária com o Oceano Pacífico, a situação das reservas extrativistas e dos projetos de colonização, o processo de migração e a questão das madeiras, sempre levando em conta a preocupação com o meio ambiente.

EXECUTIVA**Seminário de Planejamento**

A Comissão Executiva Nacional realizou em agosto um Seminário de dois dias para planejar suas atividades. Neste Seminário foram levantados, e agrupados em três grandes blocos, os principais desafios que o Partido enfrentará nos próximos anos: a atividade do PI na sociedade, a estrutura interna e a disputa do governo e do poder. Baseados nas resoluções do 8º Encontro e na nova conjuntura nacional e partidária, os participantes do seminário definiram os resultados que devem ser

alcançados e as ações imediatas que devem ser encaminhadas para enfrentar esses desafios. Entre as ações imediatas, a realização de Campanhas de arrecadação e de conscientização para a questão financeira adquire prioridade -- pois é aí que "a coisa pega".

A CEN deverá definir, a curto prazo, a forma e o método de continuidade deste processo de planejamento. O Diretório Nacional apreciou os resultados do seminário na reunião de 21 e 22 de agosto.

DR's devem realizar Convenções

A Secretaria Nacional de Organização está orientando todos os diretórios estaduais a iniciar os procedimentos para a realização de Convenções Oficiais e a sua regularização junto ao TRE.

A SORG aguardava a aprovação da Lei Orgânica dos Partidos para dar esta orientação. Ocorre que não há previsão para a aprovação dessa Lei -- já que há uma tendência de os parlamentares priorizarem a

aprovação da Lei Eleitoral, que define as regras para as eleições de 94. A SORG lembra que o TRE só reconhecerá o novo DR e a Convenção Oficial nos estados em que o partido tiver Diretórios Municipais legalizados em 20% dos municípios (Comissões Provisórias não contam). Portanto, os DR's deverão fazer previamente o levantamento do número de municípios com DM's legalizados.

Repúdio ao genocídio

O massacre de 40 índios lanomami na aldeia Haximu, em Roraima, incluindo mulheres e crianças degoladas, é mais um ato de uma tragédia continuada que já não tem resultado em políticas concretas de proteção às comunidades indígenas pelo Governo Federal. O genocídio das populações indígenas não começa nem se esgota com o brutal assassinato dos lanomami nestes meados de agosto de 93. Antes o país ficou assombrado com o massacre dos Cinta-Larga no paralelo 11. Há poucos anos foram os Tikuna. A justiça brasileira não se pronunciou. Ou quando o fez foi, por exemplo, para absolver o assassino do líder Guarani, Marçal de Souza, no Mato Grosso do Sul.

Produziu com seu silêncio ou com seu estímulo as condições para novos massacres. Esse e outros virão, caso não se alterem as atuais condições.

A ocupação desordenada das áreas indígenas mascara poderosos interesses contrários ao cumprimento da Constituição, que determina o próximo dia 5 de outubro como prazo final para a demarcação de todas elas. Entre esses interesses se incluem mineradoras, madeiras, e os defensores do Projeto Calha Norte.

Essa ocupação reproduz um antigo método dos latifundiários econômicos quando se lançam sobre os territórios indígenas.

Jogam oprimidos contra oprimidos. Miseráveis contra miseráveis. E, finalmente se apoderam do território e das riquezas sobre a destruição dos povos indígenas e a expulsão posterior dos garimpeiros para a próxima fronteira.

O Partido dos Trabalhadores repudia com indignação o massacre de Haximu e o genocídio do Povo lanomami.

Responsabiliza o Governo Federal por ter afrouxado a vigilância e permitido que a área fosse novamente ocupada por garimpeiros. Junto com a população brasileira exigimos a demarcação das áreas indígenas como manda a Constituição, o respeito às terras demarcadas e as riquezas que elas abrigam. O respeito à cultura e à autodeterminação dos povos indígenas. O fim da barbárie.

Para que o Brasil recupere a condição de país civilizado diante dos povos do mundo exige-se a imediata localização, prisão e punição dos responsáveis enquadrando-os em crime de lesa-humanidade.

Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PT na TV

Você não pode perder o programa do Partido dos Trabalhadores que irá ao ar no dia 23 de setembro em cadeia nacional de Rádio e TV

Deflagrada a campanha nacional contra a revisão

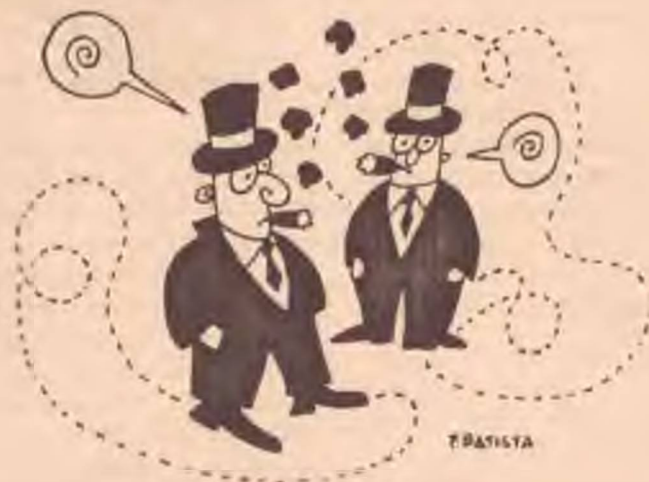
Enquanto Inocêncio de Oliveira não se acerta com Humberto Lucena sobre os papéis de cada um na pretendida Revisão Constitucional, no Brasil real, do lado de fora do recinto do Congresso Nacional, aumenta a desconfiança em relação ao resultado dessa revisão, em outubro próximo.

Um crescente número de entidades, personalidades, e setores políticos vem tomando posição contra a revisão constitucional.

Em junho, no 8º Encontro Nacional do PT, os seus delegados decidiram deflagrar uma campanha nacional contra a revisão. A Ordem dos Advogados do Brasil também decidiu se opor a revisão depois do resultado do plebiscito de abril indicar o presidencialismo, o que, na sua avaliação desautoriza uma revisão mesmo restrita a este ponto. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, de seu lado, considera inoportuna uma revisão neste momento, optando pelo seu adiamento. O PDT de Brizola e o PC do B, por sua vez, querem que se complete a regulamentação dos dispositivos, da Constituição de 1988.

O Partido dos Trabalhadores não se limita a exigir a regulamentação necessária ou propugnar um adiamento conjuntural do processo revisional. Por considerá-la reacionária, o PT votou contra a atual Constituição ao final dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte de 1988, embora tenha decidido assiná-la. Para o PT, em consequência, não é surpreendente que esta Constituição e as instituições por ela consagradas, não tenham resolvido a crise nacional e em alguns casos até mesmo agravado -- a sangria da dívida externa, a falta de recursos para

O Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional -- lançado dia 18 de agosto, no Congresso, em ato público, com a presença de Lula -- já tem um calendário de mobilizações.



despesas sociais, a distribuição de renda etc.

O problema é que este Congresso deslegitimado pelo plebiscito, em fim de mandato e notoriamente incapaz de assegurar sequer a reposição salarial mensal da inflação, não é um Congresso que tenha autoridade para rever a Constituição.

De outro lado os remanescentes do "centrão", agora respaldados por uma parcela considerável do PSDB governista, devidamente sustentados por lobbies empresariais e multinacionais, tentam precipitar a todo custo a reunião. Para eles, se trata, inclusive, de prevenir-se de uma perda de controle sobre a Presidência da República em consequência da vitória de Lula, "cercando" a ação do governo. São esses setores que estão impondo uma agenda revisional mídia: questionam os monopólios do Estado e mecanismos de proteção da economia nacional, a estabilidade do funcionalismo, e mesmo os direitos sociais, como 30 por

cento de férias e outros.

A resistência na sociedade, contudo, está levando estes setores a buscarem um acordo em torno da negociação de alguns capítulos da constituição "consensuais" para a revisão. É evidente que sem a participação do PT e da esquerda, a revisão não terá legitimidade no Brasil

real. O que é uma razão a mais para o PT utilizar todos os meios para impedir a revisão, inclusive a obstrução parlamentar no caso da "assembléia revisional" vir a se instalar em outubro.

Na verdade, de um ponto de vista democrático e popular, somente um novo Congresso, eleito com mandato específico para tanto, é que poderá, após amplo debate e mobilização social, propor uma reforma -- aí, sim, profunda -- da Constituição, acompanhada das medidas que a situação exige.

Assim, reconhecendo e respeitando as diferentes posições existentes contra a revisão, o PT, seus diretórios e bancadas, estão se engajando no Movimento Nacional Contra a Revisão Constitucional. O Movimento foi lançado em ato público no Congresso, no último dia 18, com a presença de Lula e de entidades como a CNBB e OAB, além do PDT, PSB, PCdoB e setores do PMDB e PSDB.

Nesta ocasião foi adotado o calendário de mobilização nacional, reproduzido no box abaixo.

Calendário de

O Diretório Nacional orienta os DR's e DM's a esforços estaduais do Movimento Cívico contra a Revisão Cons

Dias 14 a 16 de setembro - Encontro Nacional dos Fo

Dia 23 de setembro - Programa Nacional de TV do PT

Dia 29 de setembro - Dia Nacional de Mobilização Co

Dia 4 de outubro - Caravana à Brasília, com Encontro

Dia 5 de outubro - Grande Ato Público Contra a Revis

Lula é a alternativa à desagregação social

Primero foi a tentativa da introdução artificial de uma "Terceira Via" no processo de sucessão presidencial, e depois, foi a invenção dos "arapongas" no Serviço Público, ambos como forma de desqualificar o óbvio: é na legenda do PT que a sociedade civil vê proibida e transparência.

Por fim, com a reaparição dos setores mais reacionários, truculentos e não-representativos do conjunto das Forças Armadas, ameaçando com Golpe de Estado. Tudo difundido com favor pelos grandes meios de comunicação, que têm procurado lançar o PT na vala comum da corrupção e da imoralidade. E nestes termos que as elites econômicas respondem ao que não podem contestar: a crescente afirmação popular de apoio a Lula; a um governo popular e democrático como única alternativa ao processo de desagregação social, de incessante concentração de renda e disseminação de miséria.

Mas não ficam aí. Esses episódios fazem parte de um contexto que tem como pano de fundo a submissão do Governo

Resolução do Diretório Nacional de 22 de agosto sobre Conjuntura orienta a ação partidária (principais pontos)

Itamar a uma política de interesse estrito do sistema financeiro internacional e dos grandes monopólios. Eles vêm patrocinando um "ajuste" econômico, que o ministro da Fazenda vem colocando em prática ao ceder aos banqueiros para se impor aos trabalhadores, e ao encampar a aceleração do processo de privatização e aviltamento do patrimônio público.

Desta forma, Fernando Henrique Cardoso optou pela reafirmação da ideologia neoliberal do Governo Collor.

Isso se reforça, quando o vemos transformado em apologista da revisão constitucional, na oportunidade e nos termos em que se apresenta; indo contra a maré da sociedade civil

organizada que, crescentemente se manifesta com atos em diferentes pontos do País, contra essa Revisão.

Atos, aos quais o PT se integra

por decisão do seu 8º Encontro. Nesse quadro, o PT declara:

Estamos em pleno movimento de afirmação da candidatura por Lula Presidente.

Compreendemos que a campanha, tal como a desenvolvemos, já é um instrumento de combate ao caos e à desesperança que as elites desse País não cessam de fabricar.

Compreendemos ainda que a campanha, em si, já pode ser um instrumento de transformação qualitativa de nossas estruturas sociais, políticas e econômicas. Por isso propomos um processo de discussão na elaboração do programa de governo, mobilizando as forças vivas da Nação para os desafios que se avizinham.

É pela compreensão da dimensão desses desafios que consideramos necessário que, desde já, o Partido dos Trabalhadores explicita sua proposta de construção de programa.

É na compreensão dessa estratégia que a nossa campanha se contrapõe às manobras das correntes políticas reacionárias e dependentes do autoritarismo. É na afirmação de nossos princípios que nos distinguimos das irregularidades e ilegalidades do malufismo e outros políticos mais "modernos".

A solidariedade concreta que já se manifesta à campanha de Lula, é produto da adesão e o respeito à forma nova de fazer política que esta liderança, formada no movimento social, introduziu no cenário político brasileiro. É adesão de princípio. Não tem nada a ver, portanto, com as relações de troca que

marcam as contribuições empresariais aos esquemas das velhas raposas, que, não por acaso, são conhecidos como lobistas dos interesses do grande capital.

Plano de Ação

1. Pelo exposto, a tarefa prioritária neste quadro conjuntural, é o da integração do PT, em todas as suas instâncias, nos Atos de Resistência à Revisão Constitucional, e à Campanha de Privatização que o Governo vem acelerando.

2. Integração do Partido, na luta constante, pela organização nos Comitês de Combate à Fome e à Miséria, levando para esses organismos nossa visão política de que a ação organizada não se limita à função assistencial de distribuição de alimentos. Exige também a pressão sobre o Governo e o Estado para a implementação de reformas estruturais que ataquem o problema em sua origem.

3. Engajar as instâncias partidárias regionais nas tarefas de organização, e as instâncias partidárias, em âmbito nacional, nas tarefas de divulgação dos atos políticos da Caravana da Cidadania, à se iniciar a 3 de setembro, no Acre, e que deverá ser combatida pela grande imprensa.

4. O PT orienta suas instâncias, bancadas e militantes para o engajamento na política de demarcação das áreas indígenas, como prevê a constituição, o respeito à autodeterminação e à cultura dos povos indígenas.

Repudiamos, com indignação, o massacre de Haximu e o Genocídio do Povo Ianomami. Responsabilizamos o Governo Federal por ter sido relapso na sua responsabilidade de vigilância, permitindo que os garimpeiros invadissem a área, e consumassem o massacre que nos desmoraliza como Nação.

mobilizações

...rem-se para a formação de amplos comitês locais ou

...titucional, e indica o seguinte calendário:

...bruns e Comitês Contra a Privatização, em Brasília;

...T, que convocará os atos seguintes:

...ntre a Revisão (comício, atos, debates e panfletagens);

...o Nacional de Entidades Contra a Revisão;

...ão, no Congresso Nacional

Finanças: um dia a casa cai

A crise financeira que o PT vem sofrendo nos últimos seis meses já tem um diagnóstico. Para este mal existe cura, mas a gravidade do quadro demonstra que o paciente precisa ressuscitar antes do início de 94. "Se a situação se mantiver da forma que está corremos o risco de ter que fechar as portas, afirma Lauro Marcondes, novo tesoureiro nacional do Partido.

Para entender essa crise é preciso conhecer os cinco pontos de estrangulamento nas finanças do Partido, que, segundo Lauro, são: o déficit acumulado com a realização do 8º Encontro Nacional e com a verba destinada ao jornal **Brasil Agora**; O débito mensal do Diretório Nacional, que gasta 20% a mais do que arrecada; a irregularidade nas contribuições dos Diretórios Regionais; tensões na relação entre DN e Bancada

Federal, sob dois aspectos: contribuições e cargos de assessoria; e, finalmente, a não realização -- "ou realização sem sucesso" -- de campanhas de arrecadação.

Lauro enfatizou que é preciso dar um chacoalhão nos petistas. "Ou contamos com o empenho de todos para arrumar a casa, ou enfrentaremos a paralização funcional do DN e da elaboração do Plano de Ação de Governo, o que comprometerá a campanha Lula-94".

As saídas

Mas a tesouraria tem uma solução para cada um dos cinco problemas -- é aí que entra o empenho dos petistas. A realização de uma grande campanha nacional de arrecadação, a partir de setembro, para a construção da sede própria, pagamento das dívidas e estruturação dos Diretórios Regionais,

será o meio de combate ao primeiro problema. Adequar as despesas à receita através do Planejamento Orçamentário 93/94, deverá resolver o segundo ponto de estrangulamento. Para atingir o terceiro e o quinto itens da crise financeira, será rearticulado o coletivo nacional de finanças que promoverá uma campanha nacional de conscientização -- com o *slogan*: "Esse partido nunca vai sair do vermelho". O coletivo de finanças deverá ainda implementar a campanha do Bonus, comercializar as agendas-94 e promover o I Festival do PT. O quarto e mais delicados dos problemas da SNF é a contribuição da Bancada Federal. "À luz da discussão da nova carta eleitoral a CEN deve discutir com a Bancada as soluções para a questão das contribuições e dos cargos" conclui Lauro.

A batalha contra a fome

Atendendo aos apelos do Movimento da Ética na Política, que desenvolve a campanha Contra a Fome e pela Vida, inúmeros comitês têm surgido em todo o país. A criação do Comitê contra a Fome de Osasco, em São Paulo, é uma experiência que tem caminhado com passos firmes desde a fundação, há um mês e meio atrás. Militante do movimento popular, Sonia Rainho, que participa da Comissão de Distribuição, conta que a criação do Comitê não foi difícil. O comparecimento para a reunião de fundação superou a expectativa. Porém, o número de pessoas que se empenharam com regularidade nesse trabalho decresceu muito daquele presente à assembleia de fundação do Comitê. "Hoje, os que mantêm a frequência na batalha contra a fome em Osasco são sindicalistas (bancários e comerciários), pessoas ligadas aos movimentos populares e dos sem terra e dois vereadores do PT, lembra Sonia.

O trabalho desgastante de deparar-se diariamente com a miséria tem um lado gratificante: a pos-

sibilidade de promover uma pequena conscientização. "Não estamos pedindo ou dando esmolas, afirma Sonia. Procuramos conversar e conscientizar as pessoas que contribuem com alimentos -- mostrando que é preciso uma atitude imediata para preservar a vida --, procurando envolvê-las nesse trabalho." O comitê atravessa uma fase emergencial de arrecadação, mas tem projetos de criação de padarias comunitárias nos bairros da periferia e também de instalação de vacas mecânicas para a produção de leite de soja -- é aqui que entrará o esforço dos, até então, beneficiados. Segundo Roberto Prapp, assessor do vereador Emidio (PT-Osasco) que participa da Comissão de Arrecadação, a atividade assistencialista do comitê é transitória. Mantendo contato com empresários de Osasco e até com a Fiesp, o comitê pretende criar uma espécie de bolsa de empregos. "Adotamos as famílias carentes e damos todo tipo de orientação para que, num prazo de três meses, elas possam estar reintegradas à sociedade", conclui Roberto.

SNJ no México

O novo Secretário Nacional de Juventude, Mauricio Durá, esteve em agosto no México participando de duas atividades promovidas pela COPPPAL juvenil (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina). O I Fórum Latinoamericano de Organizações de Juventude sobre Desenvolvimento e Pobreza, nos dias 9, 10 e 11, aprovou uma forte crítica à política neoliberal e às suas consequências para a América Latina, assim como a defesa da suspensão do pagamento da dívida externa em favor de obras sociais. A III Plenária Assembléia da COPPPAL, nos dias 12, 13 e 14, teve como objetivo central elaborar o cronograma de atividades para 93-95. Entre elas está a realização de um seminário sobre o Mercosul e as repercussões para a juventude, em Porto Alegre, no ano que vem. Mauricio apresentou, em nome do PT, a proposta de realização de um seminário sobre políticas públicas para a juventude. "A proposta foi acolhida e o seminário deve ocorrer em 95 no México", conta Durá.

Aborto

Este é o tema da campanha deste ano da Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos. O objetivo é contribuir para reduzir pela metade os casos de mortalidade materna. A Subsecretaria de Mulheres do PT orienta as petistas a se engajarem na campanha de 28 de setembro - dia internacional pelo direito ao aborto

Cadastro

A Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais está atualizando e ampliando o seu cadastro e solicita aos vereadores, deputados estaduais, prefeitos, vice-prefeitos e ex-prefeitos que enviem para a sede nacional, aos cuidados da SNAI, os seguintes dados: nome, endereço, número de telefone e de fax. Os atuais prefeitos e vices devem enviar a composição do secretariado de seu município, com endereço e fone para contato.

Equivalência

Para contribuir com o debate sobre a agricultura brasileira e as políticas públicas para o setor, a Secretaria Agrária Nacional está publicando um caderno de estudos sobre Equivalência-Produto no Crédito Rural -- espécie de sistema de troca, que permite ao pequeno agricultor pagar seus débitos de empréstimos bancários com o próprio produto. O caderno estará à disposição, na sede nacional, a partir de setembro

Tortura

A brasileira Tania Maria Cordeiro Vaz -- presa em março pela Polícia de Investigações do Chile -- entrou com queixa-crime contra o governo chileno por sequestro, tortura e violação. As torturas que Tania descreveu à Justiça são idênticas às dos presos políticos durante a ditadura de Pinochet. O PT apóia a campanha pela libertação de Tania e solicita o engajamento dos companheiros. Enviar mensagens de protesto para: Presidente Patricio Alwin, Palácio La Moneda, Santiago - Chile; Embaixada do Chile no Brasil, SES Av. das Nações LT 11 - 70407 - Brasília/DF - Fax (061) 225.5478.

Salário Maternidade

O projeto de salário-maternidade para trabalhadoras classificadas como seguradas especiais recebeu, no último dia 18 de agosto, parecer positivo da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. A proposta, de autoria da deputada Luci Choinacki (PT-SC), deve favorecer principalmente às trabalhadoras rurais. O projeto segue agora para votação em plenário, onde Luci e uma comissão de trabalhadoras de todas as regiões do país vão pressionar para que seja votado em regime de urgência urgentíssima. "Não dá

para conceber que às portas do século XXI as mulheres trabalhadoras rurais e as demais enquadradas como seguradas especiais ainda não sejam reconhecidas como cidadãs", diz Luci Choinacki, que é Secretária Agrária Adjunta da Comissão Executiva Nacional do PT. Além das trabalhadoras do campo, terão direito ao benefício de um salário mínimo por quatro meses, a partir do oitavo mês de gestação, as trabalhadoras que exercem atividade de pesca artesanal e garimpo, em regime de economia familiar, parceria ou arrendamento.

Vereadora espancada

Francisca Marinheiro, do PT de Rio Branco (AC), ficou gravemente ferida durante um conflito entre manifestantes e a Polícia Militar, no dia 11 de agosto, durante um ato de protesto dos servidores públicos estaduais em frente ao Palácio do Governo. "Um cabo da PM bateu em Francisca, jogou-a no chão e a estrangulou com o cassetete até ela desmaiar", conta Socorro Caldeira, assessora de Francisca e testemunha da agressão. Foram cerca de dez horas da manhã e uma comissão de parlamentares

buscava abrir negociações entre os servidores e o governador do Estado, Romildo Magalhães (PPR). A Praça do Seringueiro, tradicional ponto de manifestações na cidade, estava cercada por policiais militares sem identificação, por ordem do governador. Ao tentar evitar o espancamento de um manifestante, Francisca foi atacada. A Câmara Municipal, que suspendeu a sessão do dia 11 em sinal de protesto, aprovou por unanimidade uma nota de repúdio à violência da PM.

Paga meia

Os estudantes da Paraíba ganharam o direito de pagar apenas meia-passageira nos ônibus intermunicipais. A reivindicação virou lei a partir de um projeto do deputado estadual Chico Lopes, do PT, já sancionado pelo governo do estado. Para garantir a aprovação da proposta, foi montada uma verdadeira "operação cara-pintada", com manifestações de rua, debates e um abaixo-assinado com cerca de 50 mil adesões. As Câmaras do interior aderiram, aprovando moções de aplauso à iniciativa de Chico Lopes. Até a aprovação da proposta, a meia-passageira só era garantida no período das férias escolares.

Atentas

Atestado de laqueadura de trompas, revista íntima e salários diferenciados entre homens e mulheres agora pagam multa em Londrina (PR). É o que prevê o projeto de lei municipal da vereadora Lygia Pupatto, líder da bancada do PT, aprovado recentemente. Além das multas, as empresas que praticarem atos discriminatórios contra a mulher estão sujeitas a sanções administrativas. Para garantir que as mulheres conheçam e se beneficiem da lei, o gabinete de Lygia editou uma cartilha explicando às trabalhadoras em quais casos, como e onde devem denunciar a discriminação.

Pressão e Discriminação



Ao menos por enquanto, Porto Alegre (RS) vai ficar sem o seu "Dia do Orgulho Gay". O vereador petista João Motta, autor da proposta de instituir a data no município, requereu a suspensão do trâmite do projeto. "Foi uma barra, o machismo e a desinformação ainda são muito fortes", lamenta Motta, alvo de chacotas, agressões e pressões das mais diversas. O recuo, porém, não significa desistência. "O principal é garantir um saldo de reflexão. O debate em torno do projeto foi muito positivo, mas ainda há muito que avançar", conta o vereador. Mais importante que instituir o "Dia do Orgulho Gay" -- comemorado internacionalmente no 28 de junho -- é garantir a aprovação da emenda à Lei Orgânica do Município, proibindo a discriminação por orientação sexual, também apresentada por João Motta. Em todo o Rio Grande do Sul, só o município de Sapucaia, na Grande Porto Alegre, tem esse artigo em sua Lei Orgânica. Entre 1975 e 1990, foram assas-

sinados 75 homossexuais no Rio Grande do Sul. A média é de cinco assassinatos por ano. "Denúncias apontam para a existência de grupos de extermínio de homossexuais no estado", conta João Motta. Ao lado disso, o não reconhecimento dos direitos civis de um segmento que representa cerca de 10 por cento da humanidade.

Omissão petista

A campanha movida contra Motta pelos meios de comunicação gaúchos, entretanto, não surpreendeu o vereador. "Surpreso mesmo eu fiquei foi com a omissão dos petistas". Ficou a lição: "Apenas alguns setores do PT estão preparados para esse debate, que envolve fundamentalmente a nossa concepção de democracia". Motta foi cobrado e criticado por companheiros -- "Sugieriam mais cuidado ao tratar a questão" -- mas está decidido a ir em frente: "Vamos ter que amadurecer e encarar o assunto, pois ele diz respeito ao direito de cidadania de um grupo social".

"A cidade doada"

Um levantamento de todas as doações de terrenos públicos municipais em Natal, Rio Grande do Norte, está sendo elaborado pelo vereador petista Fernando Mineiro. O estudo com o título de "A Cidade Doada", abrange o período de 1949 a 1992 e revela "um retrato escandaloso da privatização das áreas públicas em benefício de grupos privados", conta o vereador. O

trabalho será publicado em livro. Fernando Mineiro vem buscando formas novas e criativas de discutir a cidade.

Um exemplo são as exposições de fotos promovidas por seu mandato, como "Um Rio em Preto e Branco" que mostra trabalhos de fotógrafos amadores e profissionais sobre o Rio Potengi, que corta a cidade de Natal.

100% DE SALÁRIO

Um problema para as administrações

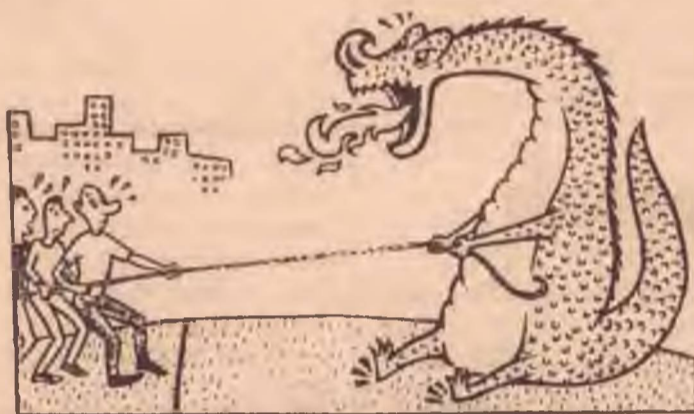
Entrincheirados em suas políticas salariais-- menos lesivas ao trabalhador que o reajuste quadrimestral adotado pelo governo federal até julho--, os prefeitos petistas "botaram lenha na fogueira" dos adversários da emenda Paim. A opinião é do presidente da CUT estadual de Minas Gerais, Carlos Calazans. "Os companheiros optaram por uma atitude defensiva, cercaram-se de condicionantes-- 'se a arrecadação crescer', 'se os demais trabalhadores conquistarem"-- quando deviam ter engrossado a campanha pelos 100 por cento".

Para Calazans, diversos setores da economia têm condições de repor a inflação integralmente, mês a mês, no salários de seus empregados. "Inclusive a prefeitura de Belo Horizonte". O presidente da CUT-MG, militante do PT, comprou a briga com a administração do também petista Patrus Ananias, com ampla cobertura da imprensa mineira. "Foi mais uma rejeição à postura política que uma questão de bater o pé num índice de reposição salarial. A insensibilidade da prefeitura contraditava a postura do partido na rua".

O "possível"

A origem da roupa suja lavada com as tintas dos jornais mineiros seria "a intransigência" da administração Patrus, que alegava a assinatura de um acordo com as

O presidente da CUT-MG esquenta o debate sobre a correção dos salários dos servidores das prefeituras petistas.



entidades de servidores do município. "Nossa política salarial não é melhor nem pior que a prevista na emenda Paim. Ela, inclusive, garante ganhos reais aos trabalhadores", contesta Luiz Dulci, secretário de Governo da prefeitura de BH. Essa política, aprovada em assembleias de funcionários, prevê reajustes mensais entre 50 e 110 por cento da inflação medida pelo DIEESE, a depender da arrecadação (ver Boletim Nacional nº 72). Os servidores estaduais mineiros estão tentando um acordo semelhante ao da prefeitura com o governo Hélio Garcia.

A bancada de vereadores de Belo Horizonte apoia o prefeito. O

Diretório Municipal do PT, em nota oficial, apela para que a prefeitura, na medida do possível, pague reajustes mensais mais próximos dos 100 por cento. Em sua reunião de junho, o Diretório Nacional do PT aprovou uma recomendação aos prefeitos petistas: aplicar a emenda Paim, também na medida do possível. O autor da proposta ao DN foi Luiz Dulci.

Mas determinar o que é essa "medida do possível" não é tão simples. Além da impossibilidade legal de gastarmos mais de 65 por cento da receita com a folha de pagamentos, temos o compromisso político e social de investir na cidade", lembra Dulci. "É claro

que somos a favor dos 100 por cento, mas não podemos aplicar a medida isoladamente".

Incerteza

O rigor no combate à sonegação e o orçamento participativo são duas armas sugeridas por Carlos Calazans às prefeituras que queiram ampliar seu fôlego de caixa-- e, conseqüentemente, sua capacidade de garantir perdas salariais menores a seus servidores. Para David Capistrano, prefeito de Santos, a equação é mais complicada: "As pessoas não moram no estado nem na União, elas vivem nos municípios, que são os alvos imediatos das demandas por serviço e, portanto, as maiores vítimas da crise". Em Santos, os gastos com a folha de pagamentos chegaram a 73 por cento da receita no mês de julho, mesmo sem a reposição integral da inflação nos salários.

A prefeitura de Santos banca 89 por cento dos gastos com saúde no município-- os repasses estaduais não existem e os repasses federais chegam com até 50 dias de atraso, sem correção. A merenda escolar custou 34 bilhões no primeiro semestre e deveria ser toda paga pelo governo estadual, que só repassou 4 bilhões. "Se não arcarmos com os custos, 70 mil crianças ficam sem merenda". A queda de receita resultante dos atrasos dos repasses torna qualquer política salarial uma incerteza.

Encontro de prefeitos

A política salarial das administrações municipais, meninos e meninas de rua e as eleições 94 são alguns dos temas que serão debatidos no Encontro Nacional de Prefeitos Petistas, dias 27 e 28 de agosto, em Belo Horizonte. Promovido pela Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais-

SNAI, o evento pretende reunir não só os petistas chefes de Executivos Municipais como também os vice-prefeitos, ex-prefeitos e dirigentes estaduais. Na noite do dia 27, será lançado o livro "Diário de Viagem ao Brasil Desconhecido", sobre a primeira Caravana da Cidadania.

Pauta

27 de agosto, sexta:

Manhã- Cidadania, meninos e meninas de rua, frente de empregos, o PT e a política salarial, as eleições de 94. Política de combate à fome.

Tarde: O partido, as administrações petistas e Cuba; movimentos municipalistas; o caráter da Frente Nacional de Prefeitos, escritório de Brasília.

28 de agosto, sábado:

Manhã: Políticas públicas, saúde, educação e ação social, saneamento; informe sobre o tema "Comunicação Institucional".

Tarde: Trabalho em grupo: relatos sobre "erros e acertos das administrações".

Participação de Lula e Telma de Souza -- Secretária Nacional de Assuntos Institucionais.

IV Reunião do Foro de São Paulo

Havana, 21 a 24 de julho de 1993

"O G-7 não pode mandar no mundo"

"Quero expressar a profunda alegria de estar aqui em Havana participando do quarto encontro da esquerda latinoamericana. Quando fizemos o nosso primeiro encontro, em São Paulo, não esperávamos que em curto espaço de tempo pudéssemos juntar tanta gente com o mesmo de construir um mundo justo, solidário, um mundo fraterno.

Este encontro de Havana é a prova de que, nos últimos quatro anos, temos tido a competência política de estar unidos para discutir alternativas para o nosso continente e para trocar experiências. Sobre tudo, é a prova de que aprendemos a conviver com a nossa diversidade. O Foro de São Paulo tem essa magnitude. Aqui nunca se pediu a ninguém que cedesse em suas convicções ideológicas, em sua forma de pensar.

O desafio eleitoral

Em alguns países, onde até pouco tempo a luta armada era a única saída, os companheiros se organizaram em partidos políticos e estão disputando as eleições de 1993 e 1994 ou de 1995. Esse é um grande desafio para a esquerda da América Latina. Eu diria que, provavelmente, seja o maior desafio que enfrentaremos nos próximos 24 meses.

E para ganhar uma eleição em um país da América Latina, onde existe tanta corrupção e tanta deslealdade no processo eleitoral, nós temos que estar atentos a algumas questões. Primeiro: para ganhar uma eleição, é preciso muito dinheiro. Não nos enquadrámos nesse caso, portanto esse pressuposto está fora do alcance da esquerda. Segundo: precisamos contar com uma grande organização do movimento popular, do movimento sindical, uma grande organização partidária, para nos contrapormos ao dinheiro de nossos adversários, representantes das elites. Não podemos esquecer nunca de que o maior instrumento que possuímos é sua inserção no movimento social. Ou garantimos isso ou, possivelmente, sofreremos outra vez uma amarga derrota.

Outro pressuposto importante é que tenhamos capacidade de fazer alianças políticas além do limite dos nossos partidos, além do espectro da esquerda. Devemos buscar alianças com os setores de centro-esquerda e, sobretudo, com os setores médios da sociedade, que não estão ligados a partidos políticos, mas que possivelmente estão tão preocupados em encontrar saídas para nossos países quanto nós.

Ganhar e governar

A esquerda não terá uma segunda oportunidade. Por um lado, teremos a direita e os setores conservadores, nos torpedeando com suas propostas neoliberais. Por outro, teremos milhões de camponeses, de operários, de pessoas pobres e desempregadas exigindo que no prazo mais curto ponhamos em prática um modelo de desenvolvimento, uma política econômica capaz de resolver o problema da miséria absoluta em que vivemos. A sede de justiça estará colocada de tal maneira junto aos segmentos pobres da população que nós provavelmente não teremos uma segunda oportunidade.

O papel do estado

Nesse programa elaborado dentro de nossos partidos de esquerda, vamos precisar de coragem para discutir o papel do Estado, sem aceitar a ideia de que o Estado não pode estar na economia. O mercado pode regular a economia na Suécia, onde a renda per capita é de 20 mil dólares, ou na Dinamarca, com renda per capita de 21 mil dólares. Mas na América Latina o Estado joga um papel importante para garantir aos marginalizados-- mais da metade da população-- o direito a coisas elementares, garantidas na Constituição e nas resoluções da ONU há muitos anos, mas que não são cumpridas. A esquerda não pode assumir a responsabilidade pelo fracasso do Estado governado pela direita. O que aconteceu na Argentina, com a entrega do patrimônio público, o que está ocorrendo no Brasil, o que pode acontecer em outros países



da América Latina, poderá levar-nos a ser mais pobres que agora, dentro de alguns anos.

Em lugar de privatizar, temos que democratizar e moralizar. O Estado não pode abandonar o que é estratégico para o bem comum do povo. O Estado na América Latina talvez seja o único instrumento de eliminação da miséria.

O bloqueio a Cuba

Para pensar a América Latina, ou cada um de nossos países, é necessário pensar um pouco no mundo. Não é mais possível continuar com a atual Ordem Econômica Internacional. Por um lado, 80 por cento da população mundial consomem 20 por cento da riqueza produzida no mundo, enquanto os outros 20 por cento consomem 80 por cento das riquezas. Se alguém está satisfeito com isso, que não sejamos nós da esquerda. O Grupo dos Sete não pode continuar determinando a Ordem Econômica Mundial. Sete países-- por mais importante que sejam-- não podem se reunir e determinar as bases tecnológicas, os investimentos, as políticas de exportações, o valor da moeda. Para começar a mudar isso precisamos reunir os que, na ONU, lutam pela democratização das decisões internacionais.

Independente das opiniões que cada

um de nós tenha sobre Cuba, não podemos aceitar como fato consumado que um país impeça o povo de outro país de decidir sobre seu próprio destino. Hoje é o bloqueio a Cuba, amanhã poderá ser o bloqueio a vários países onde chegamos ao governo. Precisamos recuperar entre nós da esquerda uma palavra chamada solidariedade.

A esquerda da América Latina não se negará a condenar o bloqueio, para que não se repitam as experiências amargas do Chile em 73, da Argentina em 76 ou do Brasil em 64. A esquerda, por mais frágil que seja, tem compromissos de origem, tem compromissos de classe.

A queda do Muro de Berlim foi um acontecimento fantástico para a esquerda da América Latina, pois nos deixou livres para pensar novos conceitos, formular novas teorias e para implantar novos projetos.

Tenho a certeza de que nas discussões que travaremos nesse quarto encontro do Foro de São Paulo iremos enriquecer nossas experiências políticas. Não tenho dúvidas, presidente Fidel Castro, de que na próxima reunião deste Foro teremos representantes de governos de esquerda eleitos democraticamente pelo povo de seus países".

Havana, 22 de julho de 1993.

O IV Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Havana, entre os dias 21 e 24 de julho de 1993, com a presença de 112 organizações membros e 25 observadores da região, constituiu-se em uma demonstração de vitalidade das forças políticas de identidade nacionalista e anti-imperialistas, democráticas e populares, de esquerda e socialistas da América Latina e Caribe, comprometidas com mudanças profundas em nosso continente. Assim, a presença de observadores representantes de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África, revela a importância que o Foro adquiriu.

A eleição, durante o III Encontro, celebrado em Manágua, Nicarágua, da cidade de Havana como sede deste Encontro transformou-se em uma decisão transcendente. Conseguiu a incorporação de 31 forças, entre as quais se incluem 21 partidos e movimentos anticolonialistas, populares e democráticos do Caribe, que fortalecem este esforço unitário. Permitiu tomar contato com a difícil situação que atravessa o povo irmão de Cuba e constatar os graves efeitos do bloqueio e da política sistemática de agressão que o governo dos Estados Unidos está levando adiante. Igualmente, testemunhou a firmeza e vontade de luta cotidiana que os cubanos demonstram para salvaguardar as conquistas econômicas e sociais alcançadas. Quando mais de 180 milhões de latinoamericanos e caribenhos vivem na pobreza, e 88 milhões suportam a extrema pobreza ou indigência, estas conquistas revolucionárias resultam ainda mais significativas.

Contra o Bloqueio

Por isso, o Encontro reafirmou sua resolução de condenar o imoral bloqueio imperialista contra Cuba e assumiu o compromisso de aprofundar as ações políticas visando seu levantamento, assim como à integração plena e incondicional de Cuba à Comunidade Continental da qual é parte indivisível.

O Foro de São Paulo converteu-se em um acontecimento sem precedentes.

Forças políticas da região, de diversas orientações ideológicas e políticas, encontramos formas de avançar no difícil e inequívoco caminho de uma unidade na diversidade, assentada em nosso próprio desenvolvimento histórico e alicerçada em um continente étnico e culturalmente mestiço, base de nossa potencialidade para desenvolver um modelo de sociedade soberana, solidária, justa e integradora.

Fracasso neoliberal

América Latina e Caribe, inseridos em um mundo unipolar formado por blocos econômicos hegemônicos -- que redefinem em função de parâmetros tecnológicos os termos de intercâmbio e a divisão internacional do trabalho --, resistem à aplicação do modelo neoliberal.

No último ano, evidencia-se o enfraquecimento do projeto neoliberal, até pouco tempo francamente hegemônico. A destituição dos presidentes do Brasil, Venezuela e Guatemala manifesta a força dos movimentos sociais e a vontade de mudanças do povo, tanto no campo da luta contra a corrupção, como no de repúdio à política econômica. Também se constitui em manifestação deste repúdio o resultado do plebiscito no Uruguai, em que 72% dos votantes se expressaram contrários à política de privatização de empresas públicas que o neoliberalismo vem impondo.

São mais visíveis hoje as consequências das políticas neoliberais. Vivemos a abertura indiscriminada da economia; a confiança cega no mercado, demasiadamente controlado por oligopólios e multinacionais; a organização da economia em função de garantir o pagamento da dívida externa e a sujeição a políticas definidas no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial. Esta realidade provoca destruição de ramos industriais, em especial os nacionais; aprofunda desequilíbrios entre os diversos setores da economia; faz crescer o déficit das balanças comerciais e de pagamentos; inclusive -- em alguns casos -- retransfere as economias a uma nova fase primário-exportadora.

Representantes de 112 organizações evidenciaram a necessidade de mudar a identidade das forças comprometidas. O Foro de São Paulo um instrumento

Por outro lado, leva ao abandono da produção agro-pecuária não exportadora, enquanto mina as possibilidades de autossuficiência alimentar e, sobretudo, aumenta o desemprego e prescinde de todo interesse na igualdade e na justiça social. Assim, ainda quando há crescimento em alguns países, não se produz um aumento de empregos, ao mesmo tempo que cresce a debilidade dos Estados Nacionais, diminui sua possibilidade de atenção a urgentes necessidades sociais, se retalha a soberania nacional e se incrementa a desigualdade, o que contribui para o empobrecimento da população.

Miséria

É cada vez mais difícil ocultar a pobreza. Hoje, governos e organismos internacionais a reconhecem formalmente, a III Cúpula Ibero-americana teve que incorporar a questão da miséria em sua agenda.

A ausência de democracia econômica e social, o narcotráfico, a corrupção, o militarismo, os aparelhos repressivos e de inteligência à margem de todo controle democrático, o terrorismo de estado e a impunidade constituem as mais graves ameaças à construção da democracia política na América Latina.

O Foro destacou a importância da luta pela democracia política, entendida como um produto histórico da luta dos povos. Afirmou a necessidade de aprofundar a democracia através da combinação de mecanismos representativos e formas de democracia participativa e direta, integrando lutas institucionais com lutas sociais. Igualmente, ressaltou a necessidade de reconhecer e incorporar a pluralidade étnica e cultural e a igualdade de gênero no exercício da democracia.

Combate à corrupção

A defesa e aprofundamento das conquistas democráticas passa pela luta contra a corrupção -- prática cotidiana das elites políticas latinoamericanas -- em suas expressões tradicionais e neoliberais. A corrupção é um problema político e ético que põe em evidência as tentativas da classe dominante de "privatizar" cada vez mais o Estado, subordinando-o ao serviço de seus interesses corporativos e particulares.

A democracia é incompatível com a persistência do colonialismo, que subjugou diversos povos de nosso continente, e com as restrições à soberania e à independência que impõem a nossos países a dominação econômica e política.

É evidente que o presente estado da economia e da política no continente conduz a uma persistente violação dos direitos humanos de nossos povos, provoca convulsões sociais e ações desesperadas, assim como uma ampla mobilização popular de repúdio ao neoliberalismo. É necessário que nossas forças políticas contribuam para a orientação e organização das lutas sociais com uma perspectiva política de transcendência histórica.

Desenvolvimento

Para vencer as metas que nos impõem o quadro de miséria social, a crise ética, a instabilidade social e política e o autoritarismo, é necessário passar da denúncia e da resistência às prepostas e ações alternativas concretas. Frente a estes desafios, e no que se refere a processos eleitorais no que resta de 1993 e em 1994, várias das forças integrantes do Foro disputarão a presidência de seus países, como por exemplo no Brasil, Colômbia, El Salvador, México, Panamá, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Eleições limpas e

*Nações membros e 25 observadores
avanços profundos na América Latina.
Lutas com a luta de seu povo fizeram
contribuição para o avanço democrático-popular.*

democráticas que o Foro apoia em todos os casos.

Urge, por isso, formular e implementar projetos de desenvolvimento que, expressando os interesses e a força organizada de movimentos populares, apontem para um crescimento econômico sustentado e independente, ambientalmente equilibrado e com distribuição equitativa da riqueza, em um marco de aprofundamento da democracia em todos os campos.

Os eixos destes projetos são as mudanças econômicas, políticas e sociais que permitam às grandes maiorias acesso ao emprego, ao consumo, à propriedade e aos direitos de cidadão. Este projeto deve também evitar a degradação ecológica provocada pelo afã de lucro desmedido e pela pobreza extrema. Não se pode aceitar a fórmula "primeiro crescer e depois distribuir", há que se definir uma estratégia de crescimento com distribuição.

Mudanças estruturais

O projeto que queremos supõe combinar a existência do mercado com uma função reguladora do Estado -- exceto nas colônias -- e a enérgica promoção de mudanças estruturais necessárias para configurar o desenvolvimento com democracia e com justiça social, para garantir as políticas sociais: educação, saúde, habitação, transporte, etc.

Vivemos um processo de crescente globalização da economia: um projeto de desenvolvimento não pode ignorá-lo. Porém, nesse processo, os Estados Unidos pretendem que a América latina e o Caribe sejam simples apêndice, submetido à sua economia, articulado ao redor dos interesses do grande capital. Isso nos impõe, uma vez mais, a essencial necessidade da integração continental de nossos

povos e nações.

A integração deve ocorrer primeiramente no interior da América Latina e Caribe, com um processo político e econômico que nos articule como um bloco político, e que nos dê potencialidade e vontade de complementar e compensar as diferenças entre nossas economias. Somente uma comunidade latino-americana e caribenha de nações, econômica e politicamente integrada, terá força para reerguer-se, com independência, em um mundo hoje controlado pelos grandes blocos econômicos e por suas políticas adversas aos interesses de nossos povos. Independência, desenvolvimento, democratização e integração não devem ser processos separados, nem consecutivos, senão integrados, interatuantes e contemporâneos de nosso fazer econômico e político.

Integração

A integração deve comportar atividades produtivas, articulações políticas e objetivos sociais visualizando uma perspectiva continental. Por isso, é necessário, e viável também, fomentar investigação científica e tecnológica comuns, compartilhando os recursos humanos e naturais, permitindo acesso aos avanços de nossas universidades e centros de pesquisa. O IV Encontro percebe que, nas relações hemisféricas do atual governo norte-americano, continuam prevalecendo as políticas de administrações anteriores. A presença militar no Panamá, a ilegal ocupação da base de Guantanamo, a manutenção do bloqueio a Cuba, o intervencionismo, associado ou não à luta contra o narcotráfico, assim como as pressões políticas e econômico-comerciais sobre nossos países, figuram entre as situações que devem mudar radicalmente, se desejamos concretizar

uma relação efetivamente nova entre América Latina e Caribe, de um lado, e Estados Unidos, de outro. É necessário que este último respeite o exercício da autodeterminação de nossos povos e, conseqüentemente, a pluralidade de sistemas econômico-sociais em nosso continente.

O Foro de São Paulo registra como uma inaceitável e persistente realidade o status colonial de Porto Rico, Guiana Francesa, Martinica, Guadalupe e outros territórios coloniais, fazendo sua a causa da independência nacional e a autodeterminação para seus povos, assim como o reconhecimento da soberania argentina sobre as Malvinas.

O IV Encontro expressa seu respaldo aos esforços que realizam na América Central a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) e a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) buscando fortalecer os processos de paz que se desenvolvem na área e pela flexibilização e correção de políticas a favor das maiorias populares. Acredita, ainda, que é de suma importância a retomada de negociações na Colômbia para uma solução política do conflito armado e condena a estruturação de um regime autoritário, militarizado e pseudo-constitucional no Peru, que não contribuirá para resolver os graves problemas desse país irmão.

Nova ordem

Ao mesmo tempo, apóia a luta do povo do Haiti, que busca reinstalar a democracia e a constitucionalidade mediante o retorno incondicional de seu legítimo Presidente, e adverte contra a utilização do Acordo de Nova York como pretexto para o intervencionismo militar estrangeiro nesse país. O Foro de São Paulo considera que é válido e necessário recordar que no próprio centro dos antecedentes que deram origem a estes conflitos já relacionados, e que, com maior ou menor intensidade, tiveram lugar historicamente no continente, estão: a violação sistemática dos direitos humanos,

a dependência, a injustiça social e as atrocidades ditadoras, atos e situações, por cuja erradicação definitiva e completa devem continuar lutando incansavelmente todas as forças patrióticas democráticas e progressistas da América.

No plano internacional, finalmente, o Foro declara que é necessário brigar pela construção de uma nova ordem mundial, cujo conteúdo explicitamos no III Encontro em Manágua.

A atual situação ao nível dos organismos supranacionais, gestados à luz de outras realidades mundiais, se manifesta de forma absolutamente injusta e carente de garantias. O caráter com que se invoca e usa o direito internacional e as próprias Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, condiciona e atropela a soberania e independência dos Estados. Sob o pretexto de fins legítimos se burla a interpretação de normas, que ficam em função dos interesses das grandes potências; ao mesmo tempo que estão condicionadas pela hegemonia militar dos Estados Unidos. Exemplo disso são a recente agressão ao Iraque, a ocupação militar da Somália sob pretexto humanitário, a ameaça nuclear imperialista sobre a Coreia e as sanções à Líbia. E ainda, as Nações Unidas desconhecem as resoluções do acordo de seu próprio Conselho de Segurança, na qualidade de obrigações, para Israel, ao mesmo tempo que, em atitudes, se faz cúmplice das agressões e do drama de que é objeto o povo palestino em sua luta pelo estabelecimento de um Estado independente.

Após os desconcertos, frustrações e vazios dos últimos anos, o IV Encontro foi realizado quando tem lugar um ascenso das lutas populares e se alcançam progressos na busca e renovação do pensamento da esquerda latinoamericana e caribenha.

Decididos estamos a avançar por novos e criativos caminhos de luta e de vitória!

Havana, 24 de julho de 1993.

Acordos

O IV Encontro do Foro de São Paulo decidiu adotar os seguintes acordos:

1

Multiplicar as atividades contra o bloqueio econômico e a política hostil dos Estados Unidos contra Cuba, e desenvolver outras ações que contribuam com esse fim. Entre elas, priorizar as mobilizações populares de solidariedade, a obtenção de recursos financeiros e materiais que aliviem os efeitos do bloqueio em áreas essenciais, como combustíveis, alimentos e medicamentos; estímulo a empresários para que realizem negócios com Cuba. Visando a próxima Assembléia Geral das Nações Unidas, que voltará a discutir o tema, intensificar, entre setembro e novembro de 93, a pressão política aos governos da região para que apoiem na ONU a resolução que ratifica e atualiza a solicitação de fim do bloqueio norte-americano contra Cuba. Também se adiantou a conveniência de dirigir ao governo dos Estados Unidos as exigências de levantar incondicionalmente o bloqueio.

2

Criar uma comissão que dê prosseguimento e elabore propostas de ação do Foro em relação aos Direitos Humanos na América Latina e no Caribe, e realizar um seminário no Paraguai com esse tema central, oportunidade de nos aprofundarmos nos elementos surgidos do arquivo do terror e propiciar sua divulgação.

3

Realizar no primeiro semestre de 1994, em Bruxelas, Bélgica, o Seminário sobre as Relações da Europa com a América Latina. Esse evento se realizará conjuntamente com os partidos de esquerda representados no Parlamento Europeu. Além disso, acontecerão encontros similares com a participação de partidos e outras forças de esquerda e ONGs, na Áustria e em Manchester, Inglaterra.

4

Realizar um seminário sobre o Caribe, com a participação de partidos da região e outros partidos membros do Foro. (Está proposto o Haiti, com data provável em fevereiro de 94).

5

Apoiar a realização de uma reunião em Durango, México, das prefeituras governadas por partidos de esquerda, com o objetivo de troca de experiências na gestão desses governos locais e busca de acordos concretos de cooperação.

6

Instalar uma rede de comunicação-- conferência privada-- por correio eletrônico, com o objetivo de estabelecer um sistema de comunicação, informação e intercâmbio permanente entre todos os partidos membros do Foro. Os partidos da Frente Ampla do Uruguai integrantes do Foro serão responsáveis pelo projeto, por iniciar o funcionamento da conferência e a orientação às diversas forças que integram o Foro para a utilização da mesma.

7

Desenvolver linhas de ação comuns, de acordo com as realidades de cada força em seus países, de apoio às lutas e reivindicações dos movimentos indígenas, negros, de mulheres e outros movimentos sociais; sobre o narcotráfico, pela democratização das Nações Unidas; sobre a próxima Conferência de Cúpula Ibero-Americana; sobre o processo de negociação de



paz na Guatemala; a coordenação de atividades de interesse coletivo para os partidos nas sub-regiões do continente; e a divulgação junto aos partidos e à sociedade dos propósitos do Foro, seu significado e posições políticas.

Encarregar ao Grupo de Trabalho o estudo e a criação de comissões eventuais ou permanentes, integradas por grupos de partidos, para contribuir em estudos e formular sugestões de atividades aos partidos do Foro relacionadas com os temas e problemas antes mencionados.

8

Convocar outras forças políticas do continente, agrupadas na Coordenação Socialista Latino Americana, a COPPAL, e o Comitê Latino Americano da Internacional Socialista, a realizarem um encontro sobre o tema da integração da América Latina e o Caribe, em data e local a serem definidos.

9

Realizar, por ocasião do V Encontro do Foro, uma reunião de trabalho e de coordenação de esforços conjuntos entre os parlamentares pertencentes aos partidos do Foro, para dar continuidade à de Havana, que contou com um grande grupo deles.

10

Promover nos respectivos países a comemoração do Centenário da morte em combate de José Martí e preparar a participação na conferência Internacional "José Martí e os desafios do Século XXI", que acontecerá em Santiago de Cuba de 1 a 19 de maio de 1995.

11

Aprovar as normas para o funcionamento do Foro e de seu Grupo de Trabalho.

12

Designar os seguintes partidos como membros do Grupo de Trabalho: Partido dos Trabalhadores (Brasil), Partidos da Frente Ampla do Uruguai integrantes do Foro, Frente Libertadora Martí de Libertação Nacional (El Salvador), Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua), URNG, PCC, LAVALAS, Partido Trabalhista da República Dominicana, Movimento Bolívia Livre, partidos peruanos integrantes do Foro, PRD do México, partidos integrantes do Foro da Colômbia, grupo de partidos do Foro de Guadalupe e PRD do Panamá.

13

Fica pendente a sede do V Encontro, cujo tema central será "Desenvolvimento e Integração", com ênfase nas contribuições práticas que cabem aos partidos e movimentos do Foro frente aos objetivos estratégicos de nossos povos.

14

Impulsionar a participação e contribuir na divulgação do IV Encontro Latino Americano e do Caribe pela Solidariedade, Soberania, Autodeterminação e pela Vida de Nossos Povos, que acontece na cidade de Havana, Cuba, de 25 a 28 de janeiro de 1994.